

30

ÁFRICA  
GÉNERO, EDUCAÇÃO E PODER

Coordenação de Óscar Soares Barata e Sónia Infante Girão Frias Piepo

Centro de Estudos Africanos  
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
Universidade Técnica de Lisboa  
2005

WHILE, ...

- Report*, Oxford: Oxfam GB.  
*erty at the Millennium – Causes, Complexities and Challenges*, Washington D.C.: The World Bank.
- WILSON, F. (1996), Drawing together some regional perspectives on poverty in E. Oyen et al. (eds), *Poverty A Global Review - Handbook on International poverty Research* (pp. 33-46), Oslo: Scandinavian University Press.
- WORLD BANK (1997), *Taking Action to Reduce Poverty in Sub-Saharan Africa*, Washington, D.C.: World Bank.
- WORLD BANK (1999), *Poverty Reduction and the World Bank, Progress in Fiscal 1998*, Washington, D.C.: World Bank.
- WORLD BANK (2000), *Can Africa Claim the 21st Century?*, Washington, D.C.: World Bank
- WORLD BANK (2001a), *World Development Report 2000/2001, Attacking Poverty*, New York: Oxford University Press.
- WORLD BANK(2001b), *Poverty Trends and Voices of the Poor*, Washington, D.C.: World Bank.

## A NOÇÃO DE *EMPOWERMENT* COMO UMA DAS TESES QUE PODERÃO CONTRIBUIR PARA UMA ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PODER

Anabela Roque

### Introdução

Este artigo não pretende ser mais do que uma troca de ideias e uma reflexão sobre um dos muitos aspectos que se prendem com “A Democracia e a Gestão do Poder em África”, neste caso concreto na República da Guiné Bissau. Esta exposição prende-se com o trabalho de investigação que tive oportunidade de fazer na preparação da minha tese de mestrado e com o interesse que estas matérias sempre me têm suscitado.

Antes de mais, gostaria de brevemente justificar o que vos vou apresentar, na medida em que poderão estranhar ou não achar clara a ligação entre o tema deste seminário, “Género, Educação e Poder” e a exposição que vos apresento.

Ou seja, não irei falar directamente do desenrolar da situação política nos últimos tempos neste país – coisa que já tem sido aturadamente feita, e muito bem, por outros estudiosos da matéria, por exemplo em 1999 por Maria da Conceição das Neves Silva – subordinado ao tema “Lógicas pessoais e Estado burocratizado alargado: dinâmicas de transição na Guiné-Bissau”, mas gostaria em vez disso de reflectir convosco acerca de uma das várias formas possíveis de encarar o Poder como um fenómeno social no seu todo. Ou seja, o conceito de *empowerment* ou *desenvolvimento participativo*<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A tradução da palavra *empowerment* levantou e continua a levantar muitas dúvidas, sendo o termo *desenvolvimento participativo* o mais comumente usado. Facto é que, se atentarmos no significado do termo e no conceito que este implica, teremos qualquer coisa como *atribuição de poder a alguém*. No contexto em que nos inserimos, este alguém serão os pobres e os socialmente excluídos, como teremos oportunidade de ver ao longo desta breve reflexão.

## 2. Fundamentação do conceito de *empowerment*

No que concerne ao desenvolvimento participativo, é John Friedmann quem surge como o mais demarcado apologista deste conceito. Depois de, em 1979, ter lançado, conjuntamente com Weaver, as suas ideias de base sobre o desenvolvimento participativo ou “empowerment”, traduzida numa organização funcional do poder exercido de baixo para cima (ligado à noção de “grass-roots development”)<sup>2</sup>, Friedmann vai renovar as suas ideias numa obra mais recente.<sup>3</sup>

Esta noção de *empowerment* é contraposta a uma outra, que ele considera como sendo aquela que existe ligada à pobreza generalizada dos PVD: *disempowerment*. Deste modo, o autor considera que “se a pobreza é a condição de um relativo *disempowerment* respeitante a um acesso dos grupos familiares a especificadas bases de poder social, então **uma chave para a vitória sobre a pobreza das massas é o *empowerment* político e social dos pobres.**”<sup>4</sup>

O autor propõe-se assim apresentar um *modelo humanista de desenvolvimento*, contraposto ao “modelo dominante [que] enfatiza o rápido crescimento cumulativo, os preconceitos urbanos e a unânime procura da industrialização (...)”<sup>5</sup>

Convém aqui relembrar, em relação ao caso concreto da Guiné-Bissau, os sucessivos fracassos dos Planos de Ajustamento Estrutural (PAE) implementados ao longo das últimas décadas neste país, em que muitas vezes o desajustamento entre o que era preconizado e a realidade local constituiu um forte constrangimento para o sucesso dos mesmos. E apesar de muitos programas de cooperação bilateral para o desenvolvimento nem sempre terem enfermado deste mal, não podemos deixar de apontar um episódio que é bem ilustrativo da veracidade destas afirmações.

A situação que iremos relatar teve lugar no início dos anos 90, quando a Agência de Cooperação Holandesa (SNV), após ter implementado um

vasto programa para o desenvolvimento agrícola em Bafatá, que compreendia a criação de um sistema de irrigação para incrementar a produtividade agrícola na região, verificou que os resultados alcançados ficavam muito aquém do que tinha sido inicialmente previsto.

Após um estudo aturado da situação, constatou-se que um dos principais problemas era a falta de manutenção do equipamento que tinha sido fornecido, o qual, sem os necessários cuidados de reparação, se tinha tornado completamente inoperacional. Ao aprofundarem os motivos que tinham levado a este estado de coisas, a razão encontrada foi de cariz cultural. A saber, estamos a falar de uma região essencialmente animista, na qual, de uma forma bastante simplista, podemos dizer que os elementos da natureza são considerados dotados de força anímica espiritual, senão mágica.

Vejam então de que modo é que isto interfere com o projecto de que falamos. Numa região extremamente quente e com condições climáticas bastante duras, os técnicos holandeses consideravam, por exemplo, que o melhor local para colocar uma bomba propulsora de água seria junto de uma árvore, onde o calor não se fazia sentir de forma tão intensa. Faria todo o sentido na nossa perspectiva “científica” ocidental. Contudo, para a população local, a partir do momento em que a bomba de água era colocada junto da árvore, a primeira passaria a fazer parte da dita árvore, logo dotada de força anímica, onde nem todos poderiam mexer!

Esta pequena história, reconheço que bastante imprecisa e com laivos de um certo folclore, será no entanto uma fábula representativa da divergência de realidades e do sentimento que muitas vezes subjaz no pensamento das populações locais, que se sentem excluídas e afastadas dos centros de decisão acerca de projectos que directamente interferem na sua vida do dia a dia e foi-me contada na primeira pessoa por uma socióloga cooperante holandesa, cuja tarefa seria a de pôr em diálogo os ditos técnicos com a comunidade da região no sentido de possibilitar o entendimento entre ambas as partes e conduzir ao sucesso desta empresa.

Assim, para se conseguir alcançar os objectivos do referido *modelo humanista de desenvolvimento*, teremos que agir a nível local. Contudo, esta acção não se esgota aqui, e o Estado tem um papel importante a desempenhar, pois **só um Estado forte terá capacidade para tomar as medidas necessárias à realização dos objectivos fixados**.

Aqui convém ressaltar que, quando falamos em “Estado forte”, não estaremos certamente a referir-nos a um aparelho estatal assente no

<sup>2</sup> Citado por STÖHR, Walter B., *Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*, John Wiley and Sons, Ltd., 1981, p. 39.

<sup>3</sup> FRIEDMANN, John, *Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo*, Celta Editora, Oeiras, 1996. Note-se que a edição original data de 1992. Numa nota introdutória de tradução, e ao optarem por não traduzir a palavra, os tradutores desta obra definem *empowerment* como sendo “todo o acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania” (p. viii).

<sup>4</sup> Idem, p. xii.

<sup>5</sup> Ibidem, p. x.

despotismo ou numa estrutura ditatorial, mas num Estado aceite e reconhecido por toda a população em geral, certamente legitimado por uma estrutura democrática.

A justificação apresentada para estas ideias assenta no facto de que “as pessoas têm um direito igual e fundamental a melhores condições de vida e de subsistência”<sup>6</sup>. E, a partir do momento em que se é economicamente excluído, é-se automaticamente, politicamente excluído e vice-versa.

Neste ponto, Friedmann fala do “desabrochar humano”. É nessa noção que radica o objectivo do desenvolvimento alternativo. Nas suas palavras, “um desenvolvimento alternativo centra-se no povo e no seu ambiente, ao invés de se centrar na produção e no lucro. E quando o paradigma da dominação aborda a questão do crescimento económico da perspectiva da empresa, que é o fundamento da economia neo-clássica, (...) um desenvolvimento alternativo, baseado (...) nos espaços de vida da sociedade civil, aborda a questão de uma melhoria das condições de vida e de existência da perspectiva doméstica.”<sup>7</sup>

Por outro lado, a unidade doméstica é tradicionalmente entendida como unidade de consumo, cuja preocupação primária é a reprodução biológica do trabalho e usufruto das actividades de lazer. Contrariamente ao desenvolvimento alternativo, em que esta é pública e simultaneamente centrada na produção, detendo três tipos de poder: I. social - acesso a “bases” de produção doméstica, tais como a informação, o conhecimento e as técnicas, a participação em organizações sociais e os recursos financeiros; II. político - acesso ao processo pelo qual são tomadas decisões, particularmente as que afectam o seu futuro como indivíduos; III. psicológico - percepção individual de força que resulta num comportamento de auto-confiança.<sup>8</sup>

Segundo Friedmann, o processo de *empowerment* é central e começa quer por baixo, quer pelo interior de formações sociais específicas territorialmente, com base na aldeia ou no bairro, por exemplo.<sup>9</sup>

Tal implica que a implementação de um desenvolvimento alternativo seja sinónimo de melhoria das condições de vida e de existência da maioria excluída em qualquer das escalas global, nacional ou mesmo regional.<sup>10</sup>

<sup>6</sup> Idem, p. 10.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>8</sup> Idem, p. 34.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>10</sup> Idem, p. 39.

Por outro lado, não são os indivíduos que são pobres mas sim as unidades domésticas, podendo a própria pobreza ser redefinida como um estado de *disempowerment*, já que lhes é negado o acesso às bases do poder social.<sup>11</sup>

Resumindo, este autor refere que “o planeamento de necessidades básicas não é simplesmente uma questão de dizer que (...) é necessária uma média de 2200 calorias por dia para uma vida activa e saudável (...). É necessária uma abordagem territorialmente diferenciada, que vá mesmo além da segurança alimentar e chegue às questões básicas em torno do desenvolvimento: a importância relativa dos mercados; os sistemas de transporte (...); a organização da agricultura; a importância relativa do investimento na produção de alimentos para a exportação; a auto-confiança territorial, etc.”<sup>12</sup>

Friedmann acrescenta ainda que “o modelo de (dis)empowerment da pobreza é uma variante política da abordagem das necessidades básicas”, centrada na política em vez de se “centrar na questão do planeamento como processo principal pelo qual são identificadas as necessidades e procurados os meios para a satisfação destas”, e define poder social como “o poder associado à sociedade civil; (...) limitado por formas contrastantes de Estado, economia e poder político.”<sup>13</sup>

Na realidade, “os constrangimentos sobre o que pode ser localmente alcançado são grandes, porque a pobreza é uma condição de *disempowerment* sistemático pela qual condições estruturais implícitas mantêm pobres os pobres e confinam o seu acesso ao poder social ao nível da sobrevivência diária.”<sup>14</sup>

### 3. Exemplos práticos de implementação de desenvolvimento alternativo com *empowerment*

É muitas vezes referido o facto de grandes estruturas, como a do Banco Mundial (BM), depois de serem implementadas com base numa dada filosofia, serem pouco permeáveis a novas ideias e pouco sensíveis à necessidade de redefinir conceitos e formas de actuação. Todos nós já teremos ouvido, num momento ou noutro, o referido Banco Mundial ser acusado desta falta.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>12</sup> Idem, p. 67.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>14</sup> Idem, p. 75.

Sem querer de forma alguma pôr em causa a veracidade ou não deste preconceito, ao pesquisar na *internet* informação sobre *empowerment*, tomei conhecimento da existência de um organismo do grupo do Banco Mundial cuja função é precisamente a prossecução de um programa de trabalho que se centra na preocupação em “melhor compreender a relação entre a pobreza e *empowerment* e ajudar os profissionais do Banco Mundial a incorporar de forma prática o *empowerment* no seu trabalho de concessão de empréstimos”<sup>15 16</sup>.

Em 1999 o BM efectuou um estudo de análise da pobreza mundial, cujo objectivo se traduzia na tentativa de percepção da referida pobreza na perspectiva daqueles que eram os seus “verdadeiros peritos” – os próprios pobres. Este estudo, intitulado *Vozes dos Pobres*, inseria-se na preparação do Relatório do Desenvolvimento Mundial 2000/2001, sobre o “Ataque à Pobreza”, e pretendia fazer uma abordagem que tomasse em consideração as experiências, prioridades e recomendações dos pobres.

Os três elementos essenciais que foram então identificados como sendo imprescindíveis para a planificação e a execução de estratégias para a redução da pobreza eram a *segurança*, o *empowerment* (participação), e a *oportunidade*.

A necessidade de conceptualizar e operacionalizar o *empowerment* resultou num estudo final que foi publicado em Janeiro de 2002 sob o título *Empowerment Sourcebook*. Perante as conclusões alcançadas, o BM decidiu formar o *Empowerment Team (Empowerment Community of Practice)*, a quem foi atribuída a tarefa de pôr em prática os objectivos já apontados.

Sendo a noção de *empowerment* o conceito operacional que justifica a formação deste grupo de trabalho, importa aqui apresentar a sua definição deste conceito. Assim, “*Empowerment* é o processo do aumento da capaci-

dade dos indivíduos de fazer escolhas efectivas e de transformar essas escolhas em acções e resultados desejados. As acções centrais a este processo são aquelas que constróem os bens individuais e colectivos dos pobres e melhoram a eficiência e justiça do contexto organizacional e institucional que governa o uso desses bens.”

Considera-se ainda que “as pessoas a quem é atribuído poder têm liberdade de escolha e de acção. O que por sua vez lhes permite melhor influenciar o curso das suas vidas e as decisões que os afectam.”

Os quatro elementos de *empowerment* são: **1. o acesso à informação**, que permita às pessoas agir e tirar vantagem das oportunidades existentes, tendo acesso a serviços, podendo exercer os seus direitos, negociar eficazmente e responsabilizar os actores estatais e não estatais pelas suas próprias acções; **2. a inclusão e a participação**, atribuindo aos pobres autoridade e controlo sobre decisões e recursos transmitidos ao nível apropriado mais baixo; **3. a responsabilidade (*accountability*)**, das entidades públicas e privadas, forçando-os a responder pelas suas políticas, acções e uso de fundos; **4. a capacidade de organização local**, permitirá que as comunidades possam fazer ouvir a sua voz e as suas necessidades e exigências sejam satisfeitas.

Estes quatro elementos são considerados essenciais para a efectivação de um modelo de desenvolvimento que contribua de facto para a diminuição da pobreza, sendo que os pobres são, neste processo, tanto o meio como o fim para se alcançar o referido alívio da pobreza, a partir do momento em que lhes são facultadas condições para participarem activamente no desenvolvimento económico e social da comunidade/sociedade em que se inserem.

A aplicação dos elementos de *empowerment* deverá ser feita no contexto de cinco áreas claramente identificadas por este grupo de trabalho, a saber: 1. o fornecimento de serviços básicos; 2. a melhoria da governação local; 3. a melhoria da governação nacional; 4. o desenvolvimento de mercados para os pobres; 5. o acesso à justiça e assistência jurídica.

Numa análise retrospectiva da acção do BM, considera-se que “as estratégias do BM e dos seus clientes para a melhoria do desenvolvimento e redução da pobreza assentaram em sistemas formais, com pouca ligação aos cidadãos e aos que trabalhavam a nível da comunidade. Uma abordagem de *empowering* cria uma ligação entre o lado da oferta e da procura do desenvolvimento. Uma abordagem do lado da procura para melhorar a governação centra-se na educação, informação e capacitação dos cidadãos e das organizações de pessoas pobres de forma a que estes possam agir efi-

<sup>15</sup> Todas as citações feitas neste capítulo relativas ao Banco Mundial têm como fonte a página do Grupo do Banco Mundial na *internet* com o seguinte endereço electrónico:

<http://www.worldbank.org/poverty/empowerment>, consultada no dia 19-07-2003.

<sup>16</sup> Gostaria aqui de chamar a vossa atenção para o facto de o conceito de *empowerment*, enquanto instrumento operacional do processo de desenvolvimento alternativo, ter ganhado relevo no início dos anos 90 (recordemos que a primeira edição da obra de Friedmann sobre esta matéria data de 1992). Apesar de estar inserido no âmbito mais vasto dos modelos de desenvolvimento alternativo que já vinham a ser anteriormente preconizados por muitos outros autores, constatamos que o lapso de tempo entre o surgimento desta nova definição de desenvolvimento e a sua adopção, em 1999, por uma estrutura tão consistente como é a do Banco Mundial é, na verdade, muito curto. O que encaramos como sendo uma prova de que por vezes o avanço de atitudes e mentalidades é exponencial e está longe de ser linear.

cazmente com os seus governos. Do lado da oferta focam-se as instituições de nível macro e uma contextualização legal que determina como é que as pessoas pobres podem aceder às oportunidades de desenvolvimento. Uma abordagem de *empowerment* assegura que ambas as partes ajam em sinergia. Isto é relevante para os projectos de investimento e empréstimos de apoio orçamental em todas as cinco áreas de aplicação.”

Pensamos estar assim perante uma nova filosofia e uma nova atitude por parte de um organismo tão vital para o desenvolvimento global como é o BM.

No caso concreto da Guiné-Bissau, e apesar de este país não aparecer listado em nenhum dos exemplos classificados pelo “principal elemento de *empowerment*” dados na página da *internet* em análise, podemos referir que, sendo a Guiné-Bissau<sup>17</sup> um dos países com assento na mesa redonda do PNUD, o BM está neste momento a trabalhar em estreita colaboração com as Nações Unidas (NU), em conjunto com outras entidades multilaterais (Banco Africano para o Desenvolvimento, União Europeia, e agências das NU) e bilaterais (França, Holanda, Portugal e Suécia), na coordenação das doações que este país recebe.

Contudo, o levantamento militar que teve lugar na Guiné-Bissau em 1998/99 afectou negativamente os sucessos de desenvolvimento já alcançados neste país. Apesar disso, o BM continuou a apoiar os esforços guineenses de recuperação económica desde o fim da guerra civil.

Presentemente, são quatro os projectos que estão a ser apoiados pelo BM: Educação Básica, Desenvolvimento da Saúde Nacional, Reabilitação e Recuperação Económicas e Reabilitação e Desenvolvimento do Sector Privado. Este último projecto foi aprovado pelo BM em Março de 2002, com o intuito de incrementar o investimento, a competitividade e a participação do sector privado na actividade económica. Estando também a ser preparada uma operação nacional contra a propagação do HIV/SIDA, em conjunto com o governo guineense e a sociedade civil.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> A Guiné-Bissau continua a surgir lado a lado com os países mais pobres do mundo, com fracas infra-estruturas e baixos indicadores sociais, nomeadamente o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) situado por volta dos 0,297 segundo dados do PNUD. Com uma economia baseada essencialmente na agricultura e as exportações dependentes da castanha de caju, a ajuda pública ao desenvolvimento, multilateral e bilateral, tem desempenhado um papel fulcral desde 1983 no país, contribuindo para o apoio ao desenvolvimento social e económico do país. Em 1997 o país tornou-se membro da UEMOA (União Económica e Monetária Ocidental Africana).

<sup>18</sup> Informação mais detalhada sobre estes projectos pode ser obtida através da consulta à citada página do Grupo do Banco Mundial na *internet* com o seguinte endereço electrónico: <http://www.worldbank.org/poverty/empowerment>, mais concretamente no capítulo referente ao perfil de países.

Não gostaria de fechar este capítulo sem antes apontar um outro exemplo da aplicação prática do conceito de *empowerment*, ilustrado na existência de um Ministério de Justiça Social e *Empowerment* na estrutura governamental da Índia, o que, independentemente da sua eficácia real, que não nos cabe aqui avaliar, já constitui, em nosso entender, um passo importante para a consciencialização da necessidade de abordar o problema da pobreza sob uma nova perspectiva.<sup>19</sup>

#### 4. Conclusão

Ora para que este modelo de desenvolvimento alternativo possa ser alcançado, a superestrutura política tem que estar assente em bases democráticas, ou seja, participativas e participadas, através do envolvimento da população, aqueles para quem os governantes devem trabalhar, e não para a perpetuação do seu poder enquanto tal, em detrimento da grande massa que constitui o povo de um país.

São todas estas questões que tornam pertinente a alternativa do desenvolvimento participativo, ou seja, do desenvolvimento com *empowerment*.

Pois, como já tivemos oportunidade de referir, o poder só o é enquanto tiver o reconhecimento de uma boa parte da população e for aceite enquanto tal, caso contrário gerar-se-ão inevitavelmente tensões que, mais cedo ou mais tarde irão desembocar em conflito.

Cremos ter sido este o caso da Guiné-Bissau, pois ao longo dos anos o desgaste foi tanto e os atropelos tão evidentes que, perante uma situação de fricção, não só a nível interno como internacional, rapidamente se deu o despoletar de confrontos armados que levaram a uma reestruturação política nacional, pelo menos em termos de actores. Se o foi também a nível estrutural, creio que só o tempo o dirá, na medida em que, para já, só é possível fazer uma análise demasiado próxima para ser coerente e fundamentada.

O que é facto é que o fosso existente e tantas vezes referido entre a classe dirigente e o resto da população é deveras acentuado neste país, e, perdoem-me a observação, que não pretende de forma alguma ser moralista ou moralizante, mas que é feita por alguém que estando de fora, e menos emocionalmente envolvida no contexto da realidade social guineense

<sup>19</sup> Para informação mais detalhada sobre este Ministério, consulte-se a página da *internet* com o seguinte endereço electrónico: <http://socialjustice.nic.in> do *Ministry of Social Justice and Empowerment – Responsible for the welfare, social justice and empowerment of disadvantaged and marginalized section of society*.

ense, é interessante notar a atitude crítica dos que acusam a classe dirigente guineense, mas que são eles próprios parte integrante desse sistema.

Outro aspecto que gostaria de apontar é o facto de o colonialismo ser persistentemente apontado como a causa última de todos os problemas de todos os países que foram vítimas do colonialismo, de que a Guiné-Bissau não só não constitui excepção, como também foi um dos países mais fustigados pelas guerras coloniais (por exemplo as Campanhas de “pacificação” por volta de 1918).

No entanto, não posso deixar de salientar que a República da Guiné-Bissau proclamou unilateralmente a sua independência em 1973, a qual se tornou efectiva em 1974 e de então para cá, estamos no ano de 2003, três décadas foram volvidas. Estamos portanto em crer que já iria sendo tempo de os guineenses tomarem em mãos o seu futuro de forma determinante, apesar de todos os constrangimentos que são por todos bem conhecidos, e trabalharem, em conjunto com a comunidade internacional, para o estabelecimento de uma democracia sedimentada e benéfica para todos.

## QUESTÕES METODOLÓGICAS SOBRE A ECONOMIA DE CABO VERDE

Eduardo Sarmiento Ferreira<sup>1</sup>

### Introdução

Este artigo é um resumo da apresentação feita pelo autor. O objectivo da intervenção passa pelo enquadramento da questão dos transportes e infraestruturas e o papel que poderá desempenhar no quadro duma “pequena economia insular” como é o caso de Cabo Verde. Numa altura em que este arquipélago pretende integrar-se na economia mundial, ele defronta-se com desafios específicos inerentes às limitações existentes, pelo que na procura de valorização de outras actividades alternativas à agricultura, às pescas, etc., os transportes e as infraestruturas não podem ser esquecidos.

### 1. Enquadramento

Cabo Verde é, como se sabe uma pequena economia insular com uma área aproximada de cerca de 4 033 Km<sup>2</sup> e que regista várias das condicionantes e fragilidades inerentes ao que se convencionou chamar de “pequenos estados insulares”, ou seja, sucintamente uma economia caracterizada pelo denominado síndrome dos 3 D’s - distância, dimensão e dependência (MacDissi, 1988: 225).

Podemos neste âmbito, sem ser muito exaustivos, destacar algumas das principais tendências e comportamentos desta economia.

<sup>1</sup> Docente no Instituto Português de Administração de Marketing (IPAM) e investigador no Cesa (Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento no Instituto Superior de Economia e Gestão). Doutorando em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão.